



Plano Brasil Maior **2011/2014**

Inovar para competir. Competir para crescer.

Situação do conjunto de medidas

Mauro Borges Lemos
Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Novembro/2012

Redução dos custos de trabalho e capital

Medidas Operacionais

Medida	Descrição	Situação
Desoneração da folha de pagamento	<ul style="list-style-type: none">- Desonerados 40 setores (cerca de 3.300 NCM)	<ul style="list-style-type: none">-Lei 12.546, 14/12/11 (conversão MP 540)
Eliminação da contribuição patronal do INSS com compensação parcial de nova alíquota sobre faturamento bruto, excluída receita bruta de exportações	<ul style="list-style-type: none">- Alíquota 1%: têxtil, confecções; couro e calçados; móveis; plásticos; material elétrico; autopeças; ônibus; naval; aeronáutico; bens de capital mecânico; aves, suínos e derivados; pescado; pães e massas; fármacos e medicamentos; equipamentos médicos/odontológicos; bicicletas; pneus e câmaras de ar; papel e celulose; vidros; fogões, refrigeradores e lavadoras; cerâmicas; pedras e rochas ornamentais; tintas e vernizes; construção metálica; equipamento ferroviário; ferramentas; forjados de aço; parafusos, porcas e trefilados; brinquedos; instrumentos óticos; manutenção e reparação de aviões; transporte aéreo e marítimo/fluvial- Alíquota 2%: <i>call center</i> ; TI e TIC; suporte técnico informática; <i>design houses</i>; hotéis e transporte rodoviário coletivo- Criação de Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamento: avaliação do impacto e proposta de medidas corretivas	<ul style="list-style-type: none">-Decreto 7.711, 03/04/12, institui Comissão Tripartite: reunião de instalação ocorrida em 22/08/12- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão MP 563)- MP 582, 20/09/12

Medidas Operacionais

Medida

Ampliação Simples Nacional

- Reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento:
 - (i) de R\$ 120 para R\$ 180 mil
 - (ii) de R\$ 1,2 para 1,8 milhão
 - (iii) de R\$ 2,4 para 3,6 milhões
- Limite adicional de R\$ 3,6 milhões das exportações para fins de enquadramento-

Situação

- Lei Complementar 139, 10/11/11
- 4,3 milhões de optantes em 18/07/12 (incremento de 6,3% desde a vigência dos novos limites)

Ampliação Microempreendedor Individual – MEI:
alteração do limite de R\$ 36.000 para R\$ 60.000

- Lei Complementar 139, 10/11/11
- 2,3 milhões de optantes em 18/07/12 (incremento de 38,3% desde a vigência do novo limite)

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Redução gradual prazo devolução créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital: de 12 meses para apropriação imediata a partir de julho/12	Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540)
Redução de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves até 31/12/12	Regulamentada pelos Decretos 7.541, 7.542 e 7.543/2011, 02/08/2011
Extensão do prazo de redução do IPI sobre bens de consumo até 31/12/12: linha branca, móveis, laminados PET, papel de parede, luminárias e lustres	Decretos 7.705 de 25/03/2012, 7.770 de 28/06/2012 e 7.796 de 31/08/2012
Postergação do prazo de recolhimento do PIS-COFINS: pagamentos de março e abril postergados para novembro e dezembro, respectivamente (autopeças, têxtil, confecções, calçados e móveis)	Portaria MF 137, 30/04/12
Depreciação Acelerada: para efeito de apuração do IR das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real	MP 582, 20/09/12, autoriza depreciação acelerada para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/12, prevendo apuração a partir de 01/01/13

Medidas Operacionais

Medida	Situação
BNDES PROGEREN: ampliação e facilitação do capital de giro para aumento da produção, do emprego e da massa salarial	<ul style="list-style-type: none">- Novos setores e condições de crédito/prazo - Resolução BNDES 2.131, 02/08/11- Aumento de dotação, redução de juros, inclusão de grandes empresas e ampliação de limite por grupo econômico – Resolução BNDES 2.199, 20/12/11, e Resolução BNDES 2.239, 03/04/12- Redução de juros e ampliação dos setores beneficiados – Resolução BNDES 2.255, 01/06/2012
Relançamento do Programa BNDES de Revitalização de Empresas (BNDES Revitaliza): novas condições de financiamento, inclusão de novos setores e ampliação do prazo para exportação	<ul style="list-style-type: none">- Relançamento do Revitaliza – Resolução BNDES 2.161, 11/10/11- Inclusão de novos setores e ampliação do prazo de financiamento para exportações para 24 meses – Resolução BNDES 2.237, 03/04/12- Redução de juros – Resolução BNDES 2.270, 25/06/12

Medidas Operacionais

Medida	Situação
BNDES Inovação: novos mecanismos para ampliar o apoio a projetos de inovação	<ul style="list-style-type: none">- Crédito pré-aprovado para planos de inovação: inclusão de planos plurianuais de inovação de empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação – Resolução BNDES 2.143, 06/09/11- Unificação das linhas de apoio à inovação do BNDES – Resolução BNDES 2.246, 02/05/12- Recursos para ampliar carteira de inovação FINEP – Decisão Diretoria BNDES 1.172, 22/11/11
Fundos BNDES de investimentos em empresas inovadoras: Criatec II e III	<ul style="list-style-type: none">- Aprovação dos Fundos de Investimento de Capital Semente ("Criatec II" em 2012 e "Criatec III" em 2013), com patrimônio comprometido de, no mínimo, R\$ 170 milhões, ambos voltados para investimentos em empresas inovadoras com receita inferior a R\$ 10 milhões: Decisão Diretoria BNDES 70, de 07/08/12- Prazo para proposta dos gestores para Criatec II: 11/10/12

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Programa de Sustentação do Investimento (PSI) <ul style="list-style-type: none">- Extensão PSI até dez/12: inclusão de novos setores/programas implantada Resolução BNDES 2.165, 11/10/11- PSI-4: aporte de R\$ 45 bilhões do Tesouro para o BNDES e prorrogação do prazo até 31/12/2013	
PSI Ônibus e Caminhões: ampliação de prazo, elevação da participação BNDES e redução de juros	Implantados Resolução BNDES 2.236, 03/04/12
PSI Demais Bens de Capital: elevação da participação BNDES e redução de juros	
PSI Exportação (Pré-embarque): ampliação de prazo, elevação da participação BNDES e redução de juros	
PSI Inovação - BNDES e FINEP: unificação das linhas de apoio à inovação, redução de juros e ampliação de carência	
PSI Projetos Transformadores: nova linha para constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia (bens não produzidos no País que induzam encadeamentos e ganhos de produtividade e qualidade)	

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Criação do Programa BNDES de Apoio à Qualificação Profissional do Trabalhador (BNDES Qualificação): implantação, expansão, modernização e ampliação da infraestrutura de PD&I e das vagas de formação profissional e educação técnica e tecnológica

- Implantada Resolução BNDES 2.160, 11/10/11
- Aprovada 1ª operação: financiamento R\$ 1,5 bi para SENAI visando duplicar nº alunos qualificados para a indústria (Decisão de Diretoria 152, 28/02/12)

Novos recursos para inovação: aumento de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira FINEP 2011

Autorizada Resolução CMN 4.009/2011 e aprovada pelo Dec. Dir. BNDES 1.172, 22/11/11

Estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas

Medidas Operacionais

Medida

Compras Governamentais:
regulamentação Lei 12.349/10
(margem de preferência de até 25%
para produtos manufaturados e
serviços nacionais que atendam a
normas técnicas brasileiras e
incorporem inovação)

Situação

- Regulamentada pelo Decreto 7.546, 02/08/11
- Sistemas “Comprasnet” operacional para a aplicação das margens
- Cartilha “Orientações para preenchimento da declaração de origem” disponível
- Portaria MDIC 279, 18/11/11: Regime de origem para aplicação de margem
- Previsão estimada de compras com margem de preferência em 2012: R\$ 15 bilhões

Ver detalhamento



Medidas Operacionais

Compras Governamentais: detalhamento

- **Confecções, calçados e artefatos**: Decreto 7.601, 07/11/11 estabelece margem de 8% por 6 meses. Decreto 7.756, 14/06/12, altera margem para 20% até 31/12/13. Editais de pregão eletrônico com aplicação de margem:
 - Ministério da Defesa: Comando da Aeronáutica (Pregão 032012 - jaqueta, boné e calça de educação física); Comando do Exército (Pregão 12012 e 212011 -camiseta, agasalho, calça, manta, mochila, saco de dormir etc.)
 - Ministério da Saúde (Pregão 012012 - camiseta e boné)
- **Retroescavadeiras e motoniveladoras**: Decreto 7.709, 03/04/12 fixa margens de 10% e 18%, respectivamente (valor de compras estimado: R\$ 1,6 bi até dezembro de 2015)
- **Fármacos e Medicamentos**: Decreto 7.713, 03/04/12, estabelece margens de (i) 20% para fármacos, medicamentos não ativos e medicamentos que utilizem fármacos específicos; (ii) 25% para produtos biológicos; (iii) 8% para medicamentos “insumos farmacêuticos ativos” em desenvolvimento ou com capacidade nacional de fabricação imediata.
 - Valor de compras estimado: R\$ 1,5 bilhão
 - Prazo: dois anos para medicamentos e cinco anos para os demais produtos
- **Produtos Médicos**: Decreto 7.767, 27/06/12, estabelece margens de 8%, 15%, 20% e 25% para equipamentos hospitalares e insumos médicos de baixa tecnologia, média-baixa tecnologia, média-alta tecnologia e alta tecnologia, respectivamente
- **Veículos para vias férreas e papel para impressão de Papel Moeda** :Decretos 7.812 e 7.810, 20/09/12, estabelecem margem de 20%; aguardando regra de origem atualizando Portaria MDIC 279
- **Caminhões, furgões e implementos rodoviários**: Decreto 7.816, 28/09/12, estabelece margem de 17%, 15% e 14% respectivamente

Medidas Operacionais - Regime Automotivo: incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego, inovação, segurança veicular e eficiência energética dos veículos

Situação

- Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540); regulamentada até 2012 pelo Decreto 7.567/11
- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão da MP 563); regulamentada até 2017 pelo Decreto 7.819/12

Descrição 2013/2017

- Ampliação do acesso por meio de alterações nas condições de habilitação
- Redução do IPI em até 30 p.p. associada ao percentual de compras internas de insumos
- Incentivos adicionais: redução adicional de IPI de até 1 p.p. em P&D, até 1 p.p. em engenharia, TIB e capacitação de fornecedores e em até 2 p.p. para incrementos de eficiência energética superiores a 18,8% em relação a 2011
- Objetivos:
 - Fortalecer a cadeia de fornecimento
 - Assegurar investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação
 - Aumentar volume de gastos em engenharia e Tecnologia Industrial Básica
 - Aumentar segurança dos veículos produzidos e comercializados no país
 - Aumentar eficiência energética dos veículos: meta de consumo de combustível

Medidas Operacionais - Regime Automotivo: incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego, inovação, segurança veicular e eficiência energética dos veículos

Nº	Requisito	Descrição	Habilitação (cumprir 2 de 3 itens)	Incentivo (redução de até 30 p.p.)	Incentivo Adicional (redução de até 2 p.p.)
1	P&D (conceito Frascati)	em % da Receita Operacional Bruta	X		X
2	Engenharia e TIB	em % da Receita Operacional Bruta	X		X
4	Etiquetagem (Exceto caminhões)	em % da produção no programa INMETRO	X		
	Eficiência Energética	Medida em Km/l			X
	Etapas Fabris	Por número de etapas		X	

Medidas Operacionais - Regime Especial Setorial TICs

Prouca e Reicomp

Medida	Descrição	Situação
Programa Um Computador por Aluno (Prouca): inclusão digital nas escolas públicas ou sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none">- Estímulo à aquisição e utilização de soluções de informática como instrumento de aprendizagem- Suspensão da cobrança de IPI, PIS/PASEP-COFINS, II e CIDE dos fabricantes de computadores portáteis, tanto na aquisição de matérias-primas e produtos intermediários quanto na comercialização	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.715, 17/09/12- Regulamentada pelo Decreto 7.750, 08/06/12
Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp)	Habilitação de pessoa jurídica fabricante de equipamentos para o Prouca para fins de benefício de suspensão do IPI e PIS-PASEP/COFINS, II e CIDE, condicionada a atendimento de Processo Produtivo Básico	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.715, 17/09/12- Regulamentada pelo Decreto 7.750, 08/06/12
Renúncia tributária estimada: R\$ 153,8 milhões (2012) + R\$ 203,7 milhões (2013) + R\$ 224,64 milhões (2014)		

Medidas Operacionais - Regime Especial Setorial TICs

REPNBL-Redes e PADIS

Medida	Descrição	Situação
Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes)	<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão de PIS-Pasep, COFINS e IPI para máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e materiais de construção para investimentos em expansão da rede de telecomunicações para banda larga e de PIS-Pasep e COFINS para serviços de obras civis - Incentivos à tecnologia nacional: exigência de Processo Produtivo Básico e desenvolvimento nacional de tecnologia - Renúncia fiscal estimada: R\$ 461,5 milhões (2012) + R\$ 970 milhões (2013) + R\$ 1.018 milhões (2014) 	Lei 12.715, 17/09/12
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS): revisão do apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria (inclusão de fornecedores estratégicos de semicondutores e <i>displays</i> como beneficiários)	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção de tributos nas aquisições no mercado interno e nas importações de insumos para aquisição ao ativo imobilizado da indústria de semicondutores: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação; IPI; II para máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, software e insumos ; CIDE; IRPJ - Inclusão da cadeia de fornecedores - Desoneração de <i>design houses</i> - Aprovação agilizada de projetos - Flexibilização do percentual de P&D - Ajuste técnico: inclusão de obrigatoriedade de P&D na etapa de 'corte' 	<ul style="list-style-type: none"> - Lei 12.715, 17/09/12 - Em negociação desembaraço aduaneiro expresso

Medidas em Implementação

Regime Especial Setorial: Indústria de Defesa

Medida	Descrição	Situação
Normas especiais para aquisição de produtos e sistemas de defesa	Normas especiais para compras, contratações e desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa e financiamentos para programas, projetos e ações relativos a Produtos Estratégicos de Defesa (PED)	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.598/12 (conversão MP 544)- Decreto de regulamentação no SIDOF
Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID)	Regras de incentivo à área estratégica de defesa por meio do estabelecimento de regime especial tributário	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.598, 22/03/12 (conversão MP 544)- MP 582, 20/09/12, inclui vendas para as Forças Armadas na suspensão/alíquota zero no regime

Medidas em Implementação

Regime Especial: Portos

Medida	Descrição	Situação
Regime Tributário de Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)	<ul style="list-style-type: none">- Desoneração do IPI, PIS/Pasep - Cofins e II para investimentos em portos e ferrovias sem similar nacional- Ampliação do programa: além dos investimentos destinados à movimentação de carga e treinamentos, inclusão de armazenagem (galpões), proteção ambiental (máquinas com melhor eficiência energética, etc) e sistemas de segurança e monitoramento (<i>scanners</i>, etc)- Renúncia fiscal: R\$ 186,3 milhões (2012) + R\$ 246 milhões (2013)	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.688/2012 altera a Lei 11.033/2004, prorrogando os benefícios do Reporto até 31/12/15- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão da MP 563), altera a Lei 11.033/2004, ampliando o seu escopo - aguardando decreto de regulamentação

Medidas em Implementação

Regime Especial Setorial: Indústria de Fertilizantes

Medida	Descrição	Situação
Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF): implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e seus insumos	<ul style="list-style-type: none">- Suspensão de tributos nas aquisições no mercado interno e nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação; IPI- Suspensão de tributos na aquisição ou importação de serviços destinados ao projeto”: PIS/PASEP-COFINS; PIS/PASEP – importação; COFINS – importação- Suspensão de PIS/PASEP-COFINS na locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para utilização no projeto- Exigência de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica- Estimativa de renúncia fiscal de R\$ 363,07 milhões entre 2013 e 2014	<ul style="list-style-type: none">- MP 582, 20/09/12- Aguardando regulamentação dispondo sobre a forma de habilitação e coabilitação, os projetos de investimentos que não produzam exclusivamente fertilizantes e os requisitos de investimento em PD&I

Medidas Operacionais

Medida

Situação

Ampliação de Programas BNDES destinados a setores intensivos em conhecimento: ampliação Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico

- Pro-P&G, Profarma, Prosoft, Pro-Aeronáutica e Proplástico: programas operacionais e orçamento disponível

Fomento à Inovação na Cadeia de Petróleo e Gás Natural: criação do Inova Petro

- Inova Petro (Plano Conjunto BNDES-Finep-Petrobras de Fomento a Projetos de Inovação na Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços relacionados ao Setor de Petróleo e Gás Natural): Decisão Diretoria BNDES 681, 03/07/12

- Valor: R\$ 3 bilhões

- Assinatura do Plano em 13/08/12 e lançamento do 1º edital em 17/09/12

Medidas Operacionais

Medida

Criação de Programa para Fundo Clima (MMA): mitigação das mudanças climáticas em modais de transporte eficientes, máquinas e equipamentos eficientes, energias renováveis, resíduos com aproveitamento energético, carvão vegetal, e combate à desertificação

Situação

- Autorizada Resolução CMN 4.008, (14/09/11) e regulamentada pela Resolução BNDES 2.180 (01/11/11)
- Programa lançado em 13/02/12

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Plano BNDES e FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS)	35 planos de negócio já selecionados, com investimento total de R\$ 3,1 bi até 2015, para desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias de processamento da biomassa da cana de açúcar
Criação do Programa de apoio à renovação e implantação de novos canaviais (BNDES Prorenova): ampliação de canaviais e da oferta de etanol	Resolução BNDES 2.209, 03/01/12
Relançamento do Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (BNDES PASS): apoio à estocagem de etanol	Resolução BNDES 2.234, 03/04/12

Medidas Operacionais

Medida

Relançamento do BNDES Exim Pré-embarque

Automóveis: apoio à produção de automóveis para exportação associado a compromisso de percentual mínimo de exportação

Acordo Bancos Públicos: harmonização políticas de financiamento

Situação

Resolução BNDES 2.271, 26/06/12

- Implantada equivalência de exigências BNDES e Finame Agrícola em linhas Pronaf importação máquinas/equipamentos agrícolas
- Publicadas portarias MI com diretrizes para o FNE, FNO, FDCO, FDNE e FDA

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Encomendas Tecnológicas: permitir cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação	Regulamentada pelo Decreto 7.539, 02/08/11
Permissão Fundações de Apoio atenderem a mais de uma ICT	Regulamentada pelo Decreto 7.544, 02/08/11
Modernização do Marco Legal do Inmetro	Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541) amplia escopo de atuação em qualidade e tecnologia industrial

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e suas Notas Explicativas	Instituídas pelo Decreto 7.708, 02/04/12
Implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços - SISCOSERV	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.546/2011 estabelece obrigatoriedade de prestação de informações ao MDIC relativas às transações de serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio entre residentes ou domiciliados no exterior e residentes ou domiciliados no país. Essas informações serão categorizadas com base na NBS e utilizadas pelo MDIC para a produção de estatísticas.- Portaria conjunta MDIC-RFB 1.908, 20/07/12, institui o Siscoserv- Sistema em operação desde 01/08/12

Estímulos às exportações e defesa comercial

Medidas em Implementação

Medida

Criação da Agência Brasileira Gestora de Fundos – ABGF:
administração de fundos
garantidores de infraestrutura
e comércio exterior

Situação

- Lei 12.712, 30/08/12 (conversão da MP 564), autoriza:
 - criação da agência,
 - participação da União como cotista do fundo com limite R\$ 11 bilhões para cobertura de riscos relacionados a projetos de infraestrutura, construção naval, aviação civil, PPPs e à realização dos grandes eventos esportivos
 - participação da União como cotista de fundos com limite R\$ 14 bilhões para garantir risco comercial (inclusive para MPMEs), político, extraordinário e de descumprimento de obrigações em operações de comércio exterior
 - concessão de garantias associadas a habitação social, crédito educativo e seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Aceleração do ressarcimento de créditos aos exportadores: processamento automático, com pagamento em 60 dias, para empresas com escrituração fiscal digital	24,6 mil pedidos já analisados (R\$ 22,6 bilhões) até 30/04/2012
Instituição Reintegra: devolução via restituição e/ou compensação de créditos residuais na cadeia produtiva para exportações realizadas até 31/12/12	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.546, 14/12/2011 (conversão da MP 540), regulamentada pelo Decreto 7.633, 01/12/11: cerca de 9 mil NCMs (manufaturas) e alíquota de 3%- Viabilizados pedidos de compensação e ressarcimento via internet (Programa PER/DCOMP):<ul style="list-style-type: none">- Recebidos 1.047 pedidos de ressarcimento (R\$ 470 milhões) até 31/05/12- Compensadas 922 declarações (R\$ 173 milhões) até 31/05/2012

Medidas Operacionais

Medida

Empresa Preponderantemente Exportadora:
redução de 60% (setores intensivos em trabalho) ou 70% (demais setores) para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa

Preponderantemente Exportadora → ampliação do universo de empresas com benefício de suspensão de IPI, PIS e COFINS sobre aquisição de insumos

Situação

- Lei 12.715, 17/09/12 (conversão da MP 563) reduz para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Predominantemente Exportadora
- Estimado benefício potencial para 300 empresas

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Ampliação dos recursos para o Programa de Financiamento à Exportação (PROEX): de R\$ 1,24 bilhão para R\$ 2,6 bilhões (Financiamento R\$ 1,6 bilhão + Equalização R\$ 1 bilhão)	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.699, 30/07/12, assegura crédito suplementar no valor de R\$ 1,355 bilhão- Crédito aberto e recursos disponibilizados aos exportadores
Novas regras para seguro de crédito à exportação	<ul style="list-style-type: none">- Resolução CAMEX nº20, 04/04/12, altera limite de faturamento bruto de MPME beneficiária de R\$ 60 milhões para R\$ 90 milhões- Ampliação da alçada de aprovação da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda de US\$ 5 milhões para US\$ 20 milhões

Medidas Operacionais

Medida

Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) indireto para as exportações via *tradings*: autoriza empresa que exporta via *trading* a financiar produção a taxas de juros internacionais tomando ACC indireto

Situação

- Lei 12.712, 30/08/12 (conversão da MP 564): considera exportação indireta, para fins de acesso a linhas externas de crédito comercial, a venda a empresas comerciais exportadoras de bens destinados à exportação
- Circular BCB 3.592, 02/05/12, regulamenta Resolução CMN 4.074, 26/04/12, que disciplina mecanismo previsto na Lei 9.529/97 com a redação dada pelo art. 3º da MP 564
- Bacen orientará os bancos acerca do adequado registro das operações para efeito de posição cambial, com vistas à redução do custo da operação

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Combate à circumvenção	<ul style="list-style-type: none">- Concluídas 2 investigações anticircumvenção- Em vigor sobretaxada para cobertores de fibras sintéticas chineses importados do Uruguai e Paraguai (Resolução CAMEX nº12/12)
Combate à falsa declaração de origem	Concluídas 14 investigações (Portarias SECEX 2011 nº 25, 33, 41, 44 e 47; Circular SECEX 2011 nº 66; Portarias SECEX 2012 nº 3, 4, 8, 12, 30, 31, 33 e 35): ímãs de ferrite, escovas de cabelo, lápis de madeira, magnésio metálico e calçados
Aperfeiçoamento da estrutura tarifária: criação mecanismo Mercosul que permite aumento Imposto Importação	<ul style="list-style-type: none">- Mecanismo que permite a elevação do imposto de importação de 100 códigos NCM aprovado no Mercosul (Decisão CMC 39/11, 20/12/11)- 92º Protocolo Adicional ao ACE 18, que formaliza perante à ALADI a DEC 39/11, assinado pelos países do Mercosul- Medida internalizada pela Argentina, Uruguai e Brasil (Decreto 7.734, 25/05/12). Em vigor no Mercosul desde 06/09/12 (Decisão CMC nº 39)- Resolução Camex 70/12 eleva imposto de importação de 100 códigos NCM por 12 meses- Aprovada no Mercosul Decisão 25/12, 29/06/12, que permite a elevação tarifária temporária para mais 100 códigos NCM. 94º Protocolo Adicional ao ACE 18 formaliza a decisão perante à ALADI. Aguardando internalização da decisão pelos países.

Medidas Operacionais

Medida	Situação
Aumento da exigência de certificação compulsória e fortalecimento do controle aduaneiro	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.545, 14/12/2011 (conversão da MP 541)- Desenvolvidos 12 programas de avaliação da conformidade com certificação compulsória e concedidos 1829 registros de objetos (produtos e serviços) com conformidade compulsória avaliada- Ingresso de 228 servidores no INMETRO (Portarias 296/11 e 183/12)- Assinado Convênio INMETRO/RFB para aperfeiçoar controle e fiscalização sobre mercadorias importadas e coibir práticas ilícitas:<ul style="list-style-type: none">• Priorizados 6 produtos: têxteis, brinquedos, capacetes, barras e fios de aço, luvas e pneus• Realizada operação “brinquedo perigoso”, em 09/10/12, resultando na apreensão de 7 toneladas de produtos irregulares
Suspensão ex-tarifário máquinas e equipamentos usados	Implantada Resolução CAMEX 55/2011
Exclusão dos Sistemas Integrados da concessão de ex-tarifários: equipamentos decompostos em máquinas e combinações de máquinas	Resolução CAMEX nº 17, 03/04/12, proíbe a redução da alíquota do Imposto de Importação para sistemas integrados
Ações antifraude da Receita Federal	<ul style="list-style-type: none">- Em andamento operações para combate a fraudes/ irregularidades e reforço das fronteiras terrestres- Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad) em operação

Medidas Operacionais

Medida

Redução temporária do imposto de importação para bens de capital e de informática e telecomunicação: incentivo ao investimento e à inovação

Situação

- Desde agosto de 2011 foram aprovados 2.968 pleitos de ex-tarifários para bens de capital e 106 para bens de informática e telecomunicação
- Resoluções Camex 2011 nº 56, 57, 68, 70, 74, 84, 85, 95, 96 e 2012 nº 1, 2, 18, 28, 33, 34, 36, 37, 47, 48, 60, 61, 68, 69, 74, 75
- Redução temporária do imposto de importação para 2%

Medidas em Implementação

Medida	Situação
Criação do Fundo de Financiamento à Exportação MPME - PROEX FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.545, 14/12/11 (conversão da MP 541)- Decreto 7.714/12 altera decreto 4.993/04, inserindo nova atribuição ao Comitê de Financiamento e Garantia de Exportações: orientar atuação da União no FFEX- Aguardando: (i) elaboração do Estatuto; (ii) criação da Pessoa Jurídica; (iii) integralização de cotas de R\$ 500 milhões
Definição <i>spreads</i> para enquadramento automático PROEX EQUALIZAÇÃO	MF incumbido de definir <i>spreads</i> de equalização de acordo com Decreto 7.710/12. Metodologia em discussão com os bancos oficiais
Fundo de Garantia à Exportação (FGE): novo modelo de cobertura para atender países de maior risco	Medida em discussão. Serão analisados atuais normativos e certificados de garantia
Utilização de contratos padrão em operações de crédito oficial	<ul style="list-style-type: none">- Implantada pela Lei 12.712, 30/08/12 (conversão da MP 564)- Em elaboração contratos padrão para o PROEX FPE e para o “Mais Alimentos África”

Medidas Operacionais

Medida

Plano Nacional da Cultura Exportadora:
Mapas e Planos de Ação de Comércio Exterior

Situação

- Lançado em 22/08/12
- Sistema de Informações Gerenciais em fase de emissão de relatórios
- 14 Mapas e 8 Planos de Ação de Comércio Exterior consolidados e Agenda/2012 em implementação em 23 Estados (AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RS, RO, RR, SC, SE e TO)

Medidas em Implementação

Medida	Situação
Flexibilização de garantias PROEX e redefinição de alçadas para aprovação das operações PROEX financiamento	<ul style="list-style-type: none">- Resolução CAMEX nº 21, 04/04/12, autoriza BB a aceitar garantias do próprio empresário em operações de até US\$ 50 mil para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões- Ampliada alçada do BB para aprovar operações até US\$ 20 milhões- Em implantação ajustes no sistema do Banco do Brasil
PROEX Equalização pré-embarque e redefinição dos prazos e percentuais para equalização pós-embarque	<ul style="list-style-type: none">- Decreto nº 7.710, 03/04/12, estende prazo de equalização para 15 anos, define taxa de 2,5% a.a. e percentual financiado de até 100%- Resolução CMN 4.063, 12/04/12, autoriza equalização nos financiamentos pré-embarque e desembolsos antes do embarque ou prestação dos serviços- Em elaboração atos normativos regulamentadores MDIC-MF- Orçamento PROEX Equalização pré-embarque previsto para 2013 (R\$ 1 bilhão)

Medidas em Implementação

Medida	Situação
Antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias: redução prazos investigação e aplicação direito provisório	<ul style="list-style-type: none">- Portarias MDIC 46/2011 (modifica petições visando maior celeridade às investigações de <i>dumping</i>) e 293/2011 (centraliza e readapta atividades formais do processo de defesa comercial)- Em elaboração nova versão do decreto <i>antidumping</i>
Ampliar de 30 para 120 número de investigadores de defesa comercial	<ul style="list-style-type: none">- Lei 12.545, 14/12/11 (conversão da MP 541)- Concurso em andamento; provas encerradas
Fortalecimento combate importações ilegais: violação de propriedade industrial e de certificação compulsória	<ul style="list-style-type: none">- Extrato do Acordo de Cooperação MJ-MDIC publicado no DOU, 15/09/11- Encaminhada ao GTIC/CAMEX proposta de Lei prevendo infrações e penalidades. Das 38 denúncias, 34 foram objeto de análise e 16 implicaram aplicação de medidas administrativas (parametrização)

Ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria

Programa de Aceleração do Crescimento: exigência de aquisição de produtos e serviços nacionais

Medida

- Possibilidade de exigência de aquisição de serviços e produtos manufaturados nacionais nos editais de licitação e contratos do PAC Equipamentos
 - No caso de transferências obrigatórias aos Estados, DF e Municípios para a execução de ações do PAC, poderá ser estabelecida a mesma exigência, cujas cláusulas deverão ser reproduzidas nos editais de licitação e contratos decorrentes
- Publicada MP 580, 14/09/12. Aguardando regulamentação que estabelecerá regras e condições para caracterizar serviços e produtos manufaturados nacionais, fixará o seu percentual mínimo de aquisição, indicará normas técnicas a serem atendidas e definirá forma de aferição e fiscalização

Redução do Custo de Energia Elétrica: modicidade tarifária, aumento da competitividade e garantia de suprimento

Descrição

- Prorrogação das concessões vincendas de geração, transmissão e distribuição, condicionadas à observância do princípio da modicidade tarifária e à garantia de continuidade do suprimento de energia elétrica
- Prorrogação das concessões de usinas para autoprodução de energia elétrica a título oneroso, em favor da modicidade tarifária
- Redução/extinção de recolhimentos e mecanismo de minimização dos efeitos das variações cambiais

- ✓ Para custear eventual déficit entre arrecadação e encargos com programas sociais decorrentes das medidas, a União utilizará créditos junto a entes do setor elétrico, estimados em R\$ 3,3 bilhões em 2013
- ✓ A expectativa é de redução de até 16,2% na tarifa dos consumidores residenciais e de até 28% na tarifa dos consumidores industriais atendidos pelas distribuidoras

→ Publicada MP 579, 11/09/12

Programa de Investimentos em Logística

Medida

Programa de Investimentos em Logística: previsão de investimentos de R\$ 133 bilhões nos próximos 25 anos para melhorar a infraestrutura de transportes e aquecer a economia

Qualificação de Trabalhadores: FIES Empresa

Medida

Qualificação de Trabalhadores – FIES Empresa: regulamentação do uso de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) pelas empresas interessadas em oferecer cursos de capacitação profissional a seus funcionários, no âmbito Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec)

→ Lei nº 12.513, 26/10/2011, institui o Pronatec. Decreto nº 7.790, 15/08/12, dispõe sobre financiamento do FIES

BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA